

Temos repetido, inúmeras vezes — para espanto de uns e discordância de outros — que há, na reflexão sobre a problemática do conhecimento científico, uma incomensurabilidade entre uma perspectiva de caráter ontológico¹ e uma de caráter gnosiológico. Para convencer-se disto, basta presenciar um debate entre partidários delas, ou ler algumas obras que reflitam estas posições.

Quando falamos em incomensurabilidade, referimo-nos ao fato de que não se trata de discordâncias tópicas, mesmo profundas, mas de divergências quanto a pontos de partida, pressupostos e fundamentos, que perpassam o conjunto das idéias e conferem aos conceitos e à argumentação um sentido inteiramente diverso, ao mesmo tempo em que delimitam campos, coerentes no seu interior, mas que dificultam muito e, no limite, impossibilitam a troca efetiva de idéias entre as duas perspectivas. Exemplificando: embora possa haver divergências entre Marx e Lukács ou entre Popper e Lakatos, elas se dão no interior de campos comuns, ao passo que entre o campo dos primeiros e o campo dos segundos o diálogo, no limite, é impossível. Para evitar mal-entendidos, gostaríamos de deixar bem claro que não estamos afirmando uma atitude de recusa ao diálogo. Não se trata de uma atitude subjetiva, embora, se não houver cuidado, esta também possa comparecer. Trata-se de uma situação objetiva que, mesmo existindo disposição, abertura, boa vontade, não pode ser ultrapassada apenas por um esforço teórico. Se houver dúvidas, basta olhar para a relação entre os filósofos modernos e os me-dievais. Certamente houve diálogo entre eles, mas, *no limite*, as posições eram inconciliáveis.

As tentativas de debate mais parecem diálogo de surdos ou conversas em linguagens absolutamente diferentes. Ao contrário, porém, do que se poderia pensar, não se trata de dogmatismo, porque nenhuma das partes se nega a submeter as suas idéias ao crivo da crítica. O dogmático está convencido de que sua verdade é definitiva e inquestionável, ao passo que, neste caso, os dois adversários são apenas coerentes; admitem o exame racional de tudo, mas estão de tal modo convictos de que estão no caminho certo que não vêem motivos razoáveis para desviar-se dele. Contudo, os atritos, não só teóricos, mas especialmente práticos, são inevitáveis, porque estas diferentes maneiras de pensar têm largas consequências sociais.

Nosso propósito, no presente texto, consiste em mostrar, por intermédio da exposição das razões da incomensurabilidade, que o tratamento largamente predominante da problemática do conhecimento científico, por ter como eixo a subjetividade, desemboca numa visão falseadora deste processo, visão esta que não é de modo nenhum inocente face ao jogo dos interesses sociais.

Em suma, pretendemos deixar claro que as abordagens predominantes em termos de metodologia científica, epistemologia e filosofia da ciência, ao se apresentarem simplesmente como o caminho para a compreensão da problemática do conhecimento científico, estão impedindo — e não podem por sua natureza, agir de outro modo — uma visão efetivamente integral e crítica dessa questão.

Referimo-nos, acima, a conversa em linguagens totalmente diferentes. Contudo, há uma diferença fundamental entre esta situação e aquela outra do diálogo epistemológico. No caso das linguagens, a atitude dos falantes é simplesmente de reconhecer uma diferença, sem afirmar a superioridade ou inferioridade de qualquer dos lados. No caso do diálogo epistemológico, ao contrário, as duas atitudes não só são diferentes da anterior, porque cada parte faz um juízo de

* Prof. do Dep. de Filosofia da UFAL. Doutor em educação pela UNESP-Marília.

¹ A perspectiva à qual nos referimos aqui é a vertente lukacsiana do marxismo. Para maiores esclarecimentos, ver referências bibliográficas.

valor a respeito da outra, mas também entre si.

Vejam os que e por que são diferentes entre si. Para os partidários de uma ciência de caráter não-ontológico² que por brevidade denominaremos de PVMC (partidários do verdadeiro método científico), falar em ciência de caráter ontológico é um contra-senso, uma idéia sem sentido. Pode ser metafísica, ideologia, crença, enfim, qualquer coisa, menos ciência. De acordo com os parâmetros definidores do que é ciência, o VMC é o caminho verdadeiro, ao passo que o MCO (método de caráter ontológico) é um falso caminho.

Como se sabe, o método científico começou a ser construído, propriamente, a partir da modernidade, num processo de intensos debates e aplicações práticas. Rompendo profundamente com uma concepção qualitativa e essencialista, própria do período greco-medieval, Galileu, Descartes, Bacon e inúmeros outros, até os dias de hoje, são responsáveis pela estruturação deste método. Se quisermos apontar os traços essenciais da perspectiva gnosiológica — sem negar a imensa variedade existente no seu interior — podemos dizer o seguinte:

a) O ponto de partida é a pergunta pela própria possibilidade do conhecimento. Ou seja, antes de se entregar à tarefa de conhecer os entes, a razão pretende fundamentar as possibilidades e os limites dela mesma. Simplificando: antes de utilizar o instrumento — no caso a razão — começa-se por verificar as possibilidades e os limites dele.

b) No momento seguinte, procura-se estabelecer o modo como deve operar a razão para produzir conhecimento verdadeiro. Que este *deve* tenha sido entendido em sentido normativo, ou seja, no sentido de estabelecer, a priori, um modelo que deveria ser obedecido, ou tenha sido entendido em sentido meramente descritivo, isto é, como uma descrição a posteriori, mas passível de correção para os próximos passos, não altera a essência da questão. Em ambos os casos, a problemática gira ao redor do modo — normativo ou descritivo — de operar da razão entendida como uma faculdade humana.

O conjunto de respostas a essa problemática constitui o processo de configuração do método científico.

Vale assinalar, para o momento, que, embora esta seja a linha dominante na reflexão sobre a ciência, ela não é a única. Deixando de lado a fenomenologia, pelo menos dois grandes autores são considerados estranhos a essa tradição. São eles Hegel e Marx. Hegel é visto como uma completa aberração e quanto a Marx, se tem algo de positivo é apenas na medida em que determinadas formulações suas podem ser inseridas na tradição moderna.

A convicção do VMC de que sua forma de tratar a questão do método é a mais adequada enseja uma primeira pergunta. Qual é a garantia de que a maneira de pensar expressa pelo VMC é, de fato, o “verdadeiro método científico”, a forma correta de fazer ciência?³ A resposta, de acordo com o VMC é simples: o próprio método científico, resultado de algumas centenas de anos de intensas polêmicas, mas sem nenhuma ruptura radical, e cujos enormes resultados práticos saltam à vista.

Diante desta resposta, somos tentados a outra pergunta: Não estaria havendo aí um círculo vicioso? Pois, *este* método científico demonstra que *ele mesmo* é o verdadeiro caminho para a produção da ciência e que só é ciência o que estiver de acordo com os parâmetros por ele estipulados. Não parece estar aí implícito o pressuposto de que o VMC fala não de um lugar, mas do lugar, ou seja, do único lugar possível?

A esta nova pergunta são dados dois tipos de resposta. O primeiro, que procura refutar a acusação de círculo vicioso, demonstrando a sua auto-validade como método científico e, portanto, a procedência do seu direito. A possibilidade de fuga do círculo vicioso estaria no fato de que a sustentação da validade do VMC utiliza um instrumento que, em princípio, está ao dispor de qualquer indivíduo, ou seja, a argumentação racional. Qualquer um pode examinar os argumentos apresentados e contestá-los com outros argumentos. Ademais, segundo o VMC, os resultados do longo processo histórico — tanto no que ele tem de normativo como de descritivo

² Por ciência de caráter não ontológico entendemos a tradição gnosiológica, dominante da modernidade aos nossos dias, tendo como veio decisivo o empirismo, o positivismo e neopositivismo, nas suas mais variadas expressões.

³ Quando falamos em método científico não nos referimos a um conjunto de regras e procedimentos, que num sentido amplo também fazem parte dele, mas apenas aos fundamentos mais gerais que balizam o campo da cientificidade e que, mesmo com divergências, são comuns ao que chamamos de tradição dominante.

— nada mais são do que a expressão fiel do que de fato aconteceu. Embora equivocados, até Hegel e Marx comparecem neste processo. Não faria, pois, sentido levantar a questão da possibilidade de falar de outro lugar, pois que outro lugar existiria? A segunda, devolvendo a acusação: no mínimo, os partidários do MCO também procedem da mesma maneira, o que resultaria num empate. Empate este que seria resolvido em favor dos primeiros, dadas as inúmeras realizações científicas produzidas pelo VMC e a ausência de realizações por parte da dita ciência de caráter ontológico, comumente chamada marxista.

Deixemos para outra ocasião a discussão acerca do método ontológico, e do marxismo em geral. É importante observar que, no interior da tradição marxista, a vertente ontológica é apenas uma das interpretações, inteiramente minoritária, ainda que, ao nosso ver, a que mais expressa o genuíno sentido da elaboração marxiana. Concentremo-nos nas atitudes — obviamente não de caráter psicológico — das duas partes, procurando captar o seu sentido. Partamos de uma situação prática. Peçamos a um partidário do VMC para que exponha o MCO. Supondo-se que se encontre alguém que tenha se permitido “perder” um tempo tão precioso para estudar uma proposta considerada sem sentido, o que fará ele? Exporá este “método”, naturalmente, de um ponto de vista “científico”. Não por má intenção — embora esta nem sempre esteja ausente —, mas porque todo o seu universo conceptual é “científico”. Ele está convencido de que o modo correto de definir o que é ciência, o que é método científico é o que ele esposa. Para ele, este não é *um*, mas *o* campo no interior do qual se deve dar a discussão. Deste modo, os conceitos ontológicos adquirem um conteúdo diferente, atribuído pelo ponto de vista “científico”.

Um exemplo disto é a leitura que Popper faz de Marx. É claro que Marx pode ser lido de diversas maneiras. Aí estão as leituras estalinista, althusseriana, gramsciana, lukacsiana, frankfurtiana, etc. Como todos eles, Popper também pretende ter compreendido corretamente Marx e, por isso mesmo, poder demonstrar o caráter não científico do marxismo. É suficiente ler *A sociedade aberta e seus inimigos* e *A miséria do historicismo* para aperceber-se disto. O resultado é uma leitura que, no mínimo, está longe de poder ser considerada uma leitura sequer fidedigna da obra de Marx.

O que, porém, nos importa, não é a discussão concreta que Popper faz a respeito de Marx, mas apenas a evidenciação de uma determinada atitude. Popper, como todos os partidários do VMC, não obstante possam divergir nas interpretações tópicas de Marx, concordarão em que o marxismo não tem caráter científico, ainda que uns usem como argumento o não-sentido e outros, como Popper, a impossibilidade de falseamento. Mas o que é que permite a todos eles — apesar das divergências mútuas — afirmar a não científicidade do marxismo? Sem dúvida, uma determinada concepção de ciência, cujo núcleo central é a idéia de que ciência é uma construção essencialmente lógica, quer seja lógica pura ou lógica empírica. Para que não paire nenhuma dúvida esclarecemos que quando afirmamos que a característica mais marcante da ciência é o seu caráter lógico, não pretendemos afirmar que o processo científico, em sua totalidade, é um processo lógico, no sentido de ser um processo em que cada novo passo deriva necessariamente do passo anterior. Não há dúvida de que a casualidade, a intuição jogam um papel importantíssimo na descoberta do novo. Com a afirmação acima, estamos apenas querendo dizer que o eixo fundamental do processo científico reside no interior da subjetividade (razão), constituindo uma esfera regida por leis próprias, independente, enquanto tal, das condições externas. Aí está o nó da questão. Se este pressuposto for correto, não há como falar em método de caráter ontológico, em determinação social do conhecimento, em ponto de vista de classe, em articulação essencial entre ser e dever-ser, em objetividade como um processo socialmente determinado, em conhecimento como reflexo da realidade, em verdade como reconstrução do processo real, etc. Mas será que este pressuposto é demonstrável para além de toda possibilidade de contestação? De forma alguma. Voltamos, aqui, ao círculo vicioso anterior: a afirmação de que a ciência tem um caráter essencialmente lógico só é *evidente* para quem partilha de uma concepção logicista do processo científico.

Temos, aqui, uma situação semelhante à do diálogo entre uma pessoa profundamente religiosa e um ateu. O crente jamais poderá colocar-se no lugar do outro, jamais poderá examinar a questão da existência de Deus e dos seus corolários, de uma forma integral; pode apenas fazê-lo sob a forma lógica. Como, porém, esta questão não é uma questão puramente lógica, ele sempre

ficará a meio caminho. Ninguém jamais se convenceu, por via puramente lógica, da existência ou inexistência de Deus. O que não quer dizer que, no conjunto do processo, os argumentos lógicos não possam desempenhar uma papel muito importante. No entanto, essa questão remete, inevitavelmente, a uma concepção de mundo, ao sentido da existência humana, ou seja, a interesses muito mais amplos e decisivos, que se articulam com os argumentos lógicos.

Façamos, agora, o inverso. Peçamos a um partidário do MCO para expor o “método científico”. De preferência a alguém cuja formação intelectual tenha se dado segundo este “método”, tendo-o conhecido “a partir de dentro” e que, mais tarde, tenha mudado de perspectiva. Aparentemente a situação é a mesma que a anterior. Se o PVMC filtrava os conceitos ontológicos, o mesmo aconteceria, ao inverso, com o PMCO. É claro que isto pode acontecer quando se trata de pessoas sectárias e dogmáticas. Mas, no segundo caso, tratando-se de pessoas que tenham um conhecimento adequado dos autores — e nenhum epistemólogo de qualquer tendência pode desconhecer autores tão significativos, por exemplo, como Descartes, Bacon, Kant, Popper, etc. — é possível fazer uma exposição do VMC que respeite integralmente as suas posições, ou seja, sem fazer, neste momento, nenhuma crítica. Dito de outro modo: um PMCO pode tranquilamente subscrever uma boa exposição do VMC — em sua arquitetura interior — como representação fiel deste pensamento. As divergências poderão ficar por conta da diversidade normal das interpretações. O mesmo não se dará com uma exposição do MCO feita por um PVMC. Existe, aqui, simplesmente, um fato real: o PMCO pode colocar-se no lugar do outro, ao passo que o inverso não é possível. Perguntamos, então: o que permitiria ao primeiro e interditaria ao segundo colocar-se no lugar do outro? A resposta do MCO, em princípio, é simples e, aparentemente, do mesmo tipo daquela que foi dada pelo VMC: o próprio método e as suas realizações práticas. Atenção, porém: a concepção de método de ambos é inteiramente diferente, o que enseja uma abordagem radicalmente diversa de toda a problemática do conhecimento, inclusive de todo o processo histórico.

Para o primeiro — o VMC — o método é essencialmente um procedimento de ordem lógica. Isto significa que há uma nítida separação entre o universo metodológico e o universo social. Ou seja, a demarcação do campo do científico em relação ao não científico e a natureza essencial do processo de produção da ciência são questões decididas pela lógica interna dessa esfera. Sua relação com os valores e os interesses sociais é irrelevante para este fim. Daí a radical separação entre julgamentos de fato e julgamentos de valor. Resumindo: a construção do método tem certamente um caráter histórico, mas apenas no sentido de que é algo que vai sendo feito ao longo do tempo e não no sentido de que é um processo histórico-social, vale dizer, um processo cuja *especificidade* — exigida pela função social que ele cumpre — é o resultado concreto da *totalidade* do movimento social. Ele é apenas o resultado das formas de operar da razão. Formas estas, por sua vez, cuja diversidade se deve apenas ao exercício da própria razão ao longo da história. Disto se segue que ele é único, universalmente válido — enquanto caminho e não enquanto resultado — e ideologicamente neutro. O que não implica a crença no monismo metodológico (o mesmo método para as ciências da natureza e para as ciências sociais), mas apenas a afirmação de que qualquer conhecimento — seja ele natural ou social — que se pretenda científico deve ater-se a determinados parâmetros, parâmetros estes de natureza lógica.

Para o segundo, ao contrário, o método é uma questão ontológico-prática, ou seja, o fazer científico se define pela função que ele tem na reprodução do ser social. E porque é uma questão ontológico-prática ele tem como eixo o objeto (o ser) e não o sujeito. Ora, diferentemente de outras formas de relação do sujeito com a realidade, o conhecimento científico tem como função essencial reconhecer a realidade como ela é em si mesma, com a finalidade de permitir a sua transformação. Até aqui, independentemente do significado do trecho acima citado, não há discordância entre VMC e MCO. A questão verdadeiramente espinhosa surge agora. Se, como já foi acentuado pelo historicismo, e parece ser consenso, o sujeito está imerso no processo histórico; se a presença de valores é um dado ineliminável dos atos humanos (e julgamentos de valor implicam sempre em alternativas), como alcançar um conhecimento objetivo, ou seja, que não capture o objeto apenas sob determinado ponto de vista, mas como ele é em si mesmo, na sua integralidade? De acordo com o MCO, o processo social mostra que há um entrelaçamento ineliminável entre a produção do conhecimento científico e os demais interesses sociais.

Entrelaçamento este que, sem ignorar a especificidade e as mediações existentes entre a esfera do conhecimento e as outras esferas, se manifesta na própria construção de todo o universo dos conceitos metodológicos. A questão, para o MCO, então, não é a presença ou ausência de valores — já que aquela é insuprimível — mas a determinação de quais perspectivas, — que sempre articuladas a valores, originados do solo social, levam à estruturação de diferentes universos metodológicos, — permitem o maior ou menor acesso (sempre relativo) à realidade em si mesma.

É esta forma de considerar a ciência que permite ao MCO compreender a natureza do VMC e afirmar que atribuir à lógica o papel de definir, essencialmente, o método científico, é, exatamente, a expressão do caráter burguês desta forma de fazer ciência. Nem se infira disto que estamos afirmando o caráter burguês da lógica. Houve tempo em que o marxismo oficial caiu nessa asneira de afirmar que a lógica formal era uma lógica burguesa. A lógica proletária seria a lógica dialética. É o mesmo tipo de marxismo que, com o fim do chamado socialismo, viu implodir também a “lógica proletária” e se viu, assim, de repente, obrigado a abraçar aquilo que antes execrava. O que estamos dizendo é apenas que, na conceituação do processo científico, o privilegiamento da lógica em detrimento da função social é precisamente a forma de desistoricizar o que é histórico-social, o que nada mais é do que a forma de dominação de classe.

Em resumo, o privilegiamento da lógica é um procedimento que reduz e, portanto, deforma a compreensão do fazer científico. É importante frisar, porém, que este procedimento reducionista não é fruto de um erro lógico, mas de uma determinação social do conhecimento.

Deve-se observar, ainda, que o impulso essencial da humanidade à sua autoconstrução, à sua reprodução, que se expressa nas mais diversas atividades, exige a captura a mais adequada possível — possibilidade esta historicamente determinada — tanto da natureza quanto da própria sociedade. Esta exigência — quanto à sociedade — se intensifica hoje dado o fato de que o processo social assumiu um caráter predominantemente social, o que significa que uma nova forma de sociedade só pode nascer de uma decisão consciente dos homens.

É evidente, porém, que a compreensão do mundo até a sua raiz, até a sua essência mais íntima — e lembremos que, como diz Marx, a raiz do homem é o próprio homem — que permita também uma transformação em profundidade, não é de interesse de todos os grupos sociais. Contudo, mesmo os grupos aos quais não interessa uma transformação radical da sociedade necessitam de um conhecimento sobre ela que possa servir à reprodução dos seus interesses. Donde a possibilidade de um discurso extremamente rigoroso, obediente aos parâmetros mais exigentes da lógica e que, ao invés de levar à captura do mundo até a sua raiz, impeça esta captura, inviabilizando com isto a sua transformação. Tal é, do ponto de vista ontológico-prático, a natureza e a função social do “verdadeiro método científico”.

Com base nestes pressupostos, a atitude do MCO face ao processo de conhecimento é diferente da do VMC. O MCO não se atribui o caráter de “verdadeiro método científico”, pois entende que este último faz parte da trajetória da ciência, deixando claro, porém, que se trata de uma forma particular, socialmente determinada, de fazer ciência, com uma folha indiscutível de serviços à humanidade — especialmente nas ciências da natureza. O que o MCO afirma de si mesmo é que ele representa o padrão científico mais elevado que a humanidade produziu até hoje. Afirmação esta, a respeito da qual, obviamente, jamais será possível haver um consenso universal. Neste aspecto, estamos, hoje, ressaltadas as diferenças, na mesma situação em que se achavam os modernos face aos medievais. As discordâncias entre ambos eram inconciliáveis. *Rebus sic stantibus*, nem mil anos de discussão teriam dirimido as divergências. Ressalvado o papel da razão, o que de fato resolveu a questão em favor dos modernos foram as transformações que aconteceram no mundo real. O que, de quebra, vem mostrar que a razão medieval era a razão do *mundo* medieval e que a razão moderna é a razão do *mundo* moderno.

É claro que caberia aqui a pergunta: se este é o padrão científico mais elevado, onde estão as suas realizações práticas? Por que ele é tão pouco expressivo? Além do mais, os fatos parecem mostrar que o marxismo, que se pretendia o instrumental mais adequado para compreender a sociedade com vistas à sua radical transformação, foi fragorosamente derrotado. *Contra facta non sunt argumenta!*

A resposta a estas duas questões, bem como à pergunta pelo porquê da larguíssima

predominância do VMC mostra, de novo, a profunda diferença metodológica entre os dois pontos de vista. Para o VMC, a essência da resposta está na falta ou até na impossibilidade de um desenvolvimento lógico, sólido e rigoroso por parte do marxismo; ausência ou impossibilidade estas resultantes do fato de que ele não separa adequadamente ciência e ideologia, fato e valor, ser e dever-ser. Significativamente, afirmação em tudo semelhante foi feita pelo “marxista” Kautsky. Diz ele (Apud Löwy. 1987:114)

Não há dúvida de que *O Capital* seria uma obra ainda mais imparcial e científica, se o autor houvesse somado a seu gênio e rigor e a seu amor à verdade a bela qualidade de se situar acima de todas as lutas e contradições de classes...

E com isto ele pretendia, em nome de Marx, criticar Bernstein que afirmava considerar um absurdo falar em ciência social liberal, conservadora ou socialista. Para o MCO, ao contrário, a resposta deve ser buscada na trajetória concreta — marcada pelos interesses e pelas lutas sociais — que a teoria marxiana percorreu, desde a sua elaboração até hoje. Em primeiro lugar, ao contrário do que pensa o VMC, esta determinação social implica no reconhecimento de que há uma vinculação de essência entre fato e valor, entre ser e dever-ser; de que a presença de determinados valores durante a totalidade do processo científico, e não apenas antes e depois, como pretendia Max Weber, não só não é algo de negativo, mas uma condição indispensável para que a ciência possa atingir, de modo mais elevado possível, a objetividade (sempre relativa). Essa questão é, normalmente, colocada de forma tão absurda que torna óbvia a sua condenação. Por isso, mesmo impossibilitados de expô-la longamente, não podemos deixar, pela sua importância, de resumi-la em seus traços básicos.

Costuma-se dizer que ao assumir previamente uma posição favorável a determinada classe ou sistema social, o cientista estaria inviabilizando a obtenção do objetivo mais essencial da ciência, ou seja, o de apreender a realidade do modo mais fiel possível, portanto, independente de quaisquer interesses. O cientista deveria, pelo menos no momento mais próprio de produzir conhecimento, situar-se acima das contradições e interesses dos grupos sociais. Todos os PVMC reconhecem que isto não é fácil, mas afirmam ser uma condição indispensável para que haja conhecimento científico. Para eles, o ideal seria que a ciência fosse produzida por um computador, imune a emoções, desejos, preconceitos, interesses, etc. Para infelicidade deles, o próprio computador é alimentado pelo homem, de modo que o que ele produz estará ligado, finalmente, aos interesses sociais em jogo.

Posta a questão desta forma, não há como não concordar com a conclusão: o cientista deve ser neutro.

Vejamos, porém, este mesmo problema de outra maneira. Tomemos como exemplo um homem primitivo que quer fazer um machado. Ele precisa de conhecimentos acerca dos elementos (pedra, madeira, corda) que integrarão essa ferramenta. No entanto, essas qualidades apreendidas não serão todas, mas apenas as consideradas adequadas ao fim pretendido. Quem vai orientar a escolha destas qualidades? Obviamente um interesse previamente estabelecido. O objetivo do conhecimento é a apreensão de qualidades reais, efetivamente existentes, mas quais delas e em que medida, será direcionado pelo objetivo final.

O que nos interessa, aqui, ressaltar é que o conhecimento não é produzido por uma razão abstrata, mas por um indivíduo histórica e socialmente situado.

Com as devidas diferenças, o mesmo acontece quando se trata do conhecimento não de objetos naturais, mas de objetos sociais. Pois, o objetivo final do conhecimento da realidade social não é senão possibilitar a intervenção sobre esta mesma realidade, para configurá-la de acordo com determinados interesses. Como os interesses sociais são diversificados e, segundo pensamos, os interesses das classes sociais (que apesar de terem tido sua morte decretada, continuam mais vivas que nunca) são os norteadores fundamentais do processo social, é razoável admitir que a apreensão da realidade social — realizada pelos indivíduos singulares — está articulada — com graus variados de consciência — com esses mesmos interesses das classes sociais. Ora, os interesses não influenciam apenas na escolha do objeto de estudo e na destinação do conhecimento. Eles estão presentes, de forma indireta, durante todo o processo de conhecimento. No conteúdo dos princípios, dos pressupostos, dos fundamentos, na forma da argumentação, no que está explícito e no que está implícito, etc. E na medida em que sejam a

expressão dos grupos sociais dominantes, eles configuram o campo dominante da cientificidade. Que não é e não pode ser — enfatizamos —, de modo nenhum, homogêneo.

A pergunta decisiva, então, seria: quais são os grupos sociais que norteiam o processo histórico num dado momento? Qual a forma que assumem neste momento? E de que modo os conteúdos do método científico se articulam, de forma mediada, com os interesses desses grupos? A resposta a essas perguntas nos permitiria constatar que a tomada de partido ocorre durante a integralidade do processo científico e que, independente de ser feita de forma consciente, ela já se realiza no momento da formação do cientista, nas escolhas metodológicas que ele faz, nas categorias e pressupostos com os quais trabalha. É impossível fugir disto.

Mais ainda, para o MCO, a própria exigência da neutralidade axiológica da ciência nada mais é do que a expressão de um valor, não por acaso um valor muito caro à classe burguesa. Registre-se, no entanto, para que não haja possibilidade de confusão: neutralidade axiológica e objetividade não são, de forma alguma, sinônimos. Em segundo lugar, é preciso deixar claro que verdade e eficácia não correm, necessariamente, paralelas. Verdade ou falsidade são características intrínsecas do procedimento científico (do qual a prática é um momento fundamental) e não dependem do sucesso ou insucesso; estes dependem das forças sociais em luta. Além do mais, a vitória ou a derrota de uma teoria não são algo que se deva à própria teoria mas, de novo, às forças sociais em confronto. Mais ainda: seria impensável que uma teoria que expressa os interesses das classes subalternas se tornasse hegemônica, ainda mais quando estas classes sofreram sucessivas derrotas, como é o caso da classe trabalhadora ao longo dos dois últimos séculos. Afinal, “As idéias dominantes são as idéias das classes dominantes”, como disse Marx e a maior ou menor expressão de uma perspectiva nada mais é do que a expressão — com as devidas mediações — da velha e conhecida luta de classes.

E quanto à importância da teoria marxiana para a interpretação do mundo atual — os seus resultados práticos — até os seus adversários, apesar das ressalvas, são obrigados a reconhecer a grande contribuição que ela prestou. E depois, com todas as lacunas e problemas, pode-se afirmar que não há nenhuma obra que se compare a *O Capital* enquanto análise da estrutura básica da sociedade capitalista. Sem falar nas insuperáveis obras de análise política do próprio Marx, tais como *O 18 Brumário*, *A guerra civil na França*, *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, entre outras. E mais, também, com todas as deficiências que apresentem, muitas das melhores análises econômicas, históricas, sociológicas, etc., se devem a autores que se valem do método marxiano. Citem-se apenas Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin, Gramsci, Mandel, Hobsbawn, Mézáros. E ainda, como diz José Paulo Netto (1993:39)

Quanto ao tratamento teórico oferecido ao desenvolvimento recente da ordem burguesa pelos analistas empenhados na contestação da teoria marxiana (...) ele tem se revelado manifestamente incapaz para apreender a estrutura do movimento histórico-social. O cotejo entre a produção destes analistas e daqueles que se apropriaram da impostação teórico-metodológica de Marx é sumamente ilustrativo da validade contemporânea desta última.

Ressalte-se, porém que, mesmo a determinação da importância de uma obra não é apenas uma questão teórica, mas envolve toda a problemática da determinação social do conhecimento, no interior da qual uma pergunta se impõe: é importante em que sentido? No sentido de que ela contribui para resolver problemas internos à atual ordem social ou no sentido de fundamentar a sua superação? É evidente que essa questão não é a única que decide da importância de uma obra, mas sem ela todo o restante fica falseado.

Voltemos ao caso do crente e do ateu. Suponhamos que este último era crente e mudou de posição depois de adquirir a compreensão de que é o homem que cria Deus e não o inverso. Ao olhar de volta para a religião, ele não a considera como uma simples falsidade, mas como um produto humano, histórica e socialmente determinado. Ao contrário, o crente considera a visão do ateu como uma total falsidade.

O crente foi formado, ao longo de toda a sua vida e incorporou como segunda natureza a idéia da existência de Deus. Esta idéia de segunda natureza quer exprimir o fato de que, assim como o peixe não pode tomar distância da água, também o crente não pode ver esta sua crença “de fora”. Deste modo, qualquer outra concepção que não a sua não tem a possibilidade de ser interpretada fora dos seus parâmetros.

Mutatis mutandis, é o que se dá com os nossos dois adversários. O partidário do VMC está na mesma posição do crente, só que desta vez se trata de razão e não de fé. O VMC é apresentado, desde a escola primária, sem falar nos outros meios de divulgação, como “o verdadeiro método científico”. E isto se dá, de modo especial, no ensino superior, nas obras e disciplinas de Metodologia Científica, Epistemologia e Filosofia da Ciência. Assim, o processo de construção do método científico ganha contornos de um processo linear e cumulativo, embora com avanços e recuos, divergências e diversidade de soluções para os problemas. O que nunca é dito, porque é uma questão “inexistente”, ou seja, que está fora do campo, é que possa ter havido rupturas de ordem radical, instauração de novos patamares, estruturação de processos a partir de fundamentos radicalmente novos. Ou melhor, isto é até admitido, se bem que apenas sob a forma lógica, na passagem da Idade Média para a Modernidade. Mas só. No interior da Modernidade a evolução é conflitiva, mas linear. De modo que, como o peixe na água, os estudantes, cientistas e filósofos da ciência vão adquirindo uma segunda natureza, da qual eles só podem ter uma consciência descritiva, mas não efetivamente crítica e a partir da qual serão abordadas todas as questões relativas ao conhecimento. A reação, coerente, sempre de caráter meramente lógico, contra um novo possível patamar, na Modernidade, de caráter histórico-ontológico, só pode ser de negação total. Negação por incompreensão e impossibilidade de compreensão devida à segunda natureza. É evidente que, diante de tal situação, o diálogo, no limite, é impossível. O que para o VMC é um mero problema teórico, para o MCO é um problema social, — no sentido ontológico — que se expressa não só sob forma teórica, mas também sob a forma inversa, ou seja, sob forma de negação de sua condição de problema social.